

O Presidente da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES), Rodrigo Bedoya, concedeu recentemente entrevista para o “Diario Financiero de Chile” sobre o projeto de lei que prevê o segundo adiantamento do pagamento das rendas vitalícias aos trabalhadores chilenos esse ano, em discussão no Senado do país.

No Chile, a população contribui mensalmente com um percentual de suas rendas para o Seguro por Invalidez e Sobrevivência (SIS) e para o sistema previdenciário do país, cujas empresas de previdência participantes são denominadas AFP (Administradoras de Fondos de Pensão). Esses recursos financiam a aposentadoria dos trabalhadores e as pensões em caso de acidentes, tratando-se de um modelo pioneiro de parceria público-privada idealizado nas décadas de 1960 e 1970.

De acordo com as regras atuais, a população já recebe uma antecipação dos valores que contribuiu antes de se aposentar. O novo projeto em discussão no Senado prevê mais um adiantamento, não previsto até então.

Segundo Bedoya, a medida, além de afastar investimentos, põe em risco a solvência dessas empresas no Chile. Pois contraria princípios fundamentais basilares da instituição de Seguros e Previdência.

[>> Clique aqui para ler a matéria na íntegra, já traduzida para o português](#)

**Fonte:** CNseg, em 22.10.2021